



INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
BIBLIOTECA

RESERVAS ECOLÓGICAS

DO ESPÍRITO SANTO

AJ21338-1

Vitória (ES), terça-feira, 14 de junho de 1994

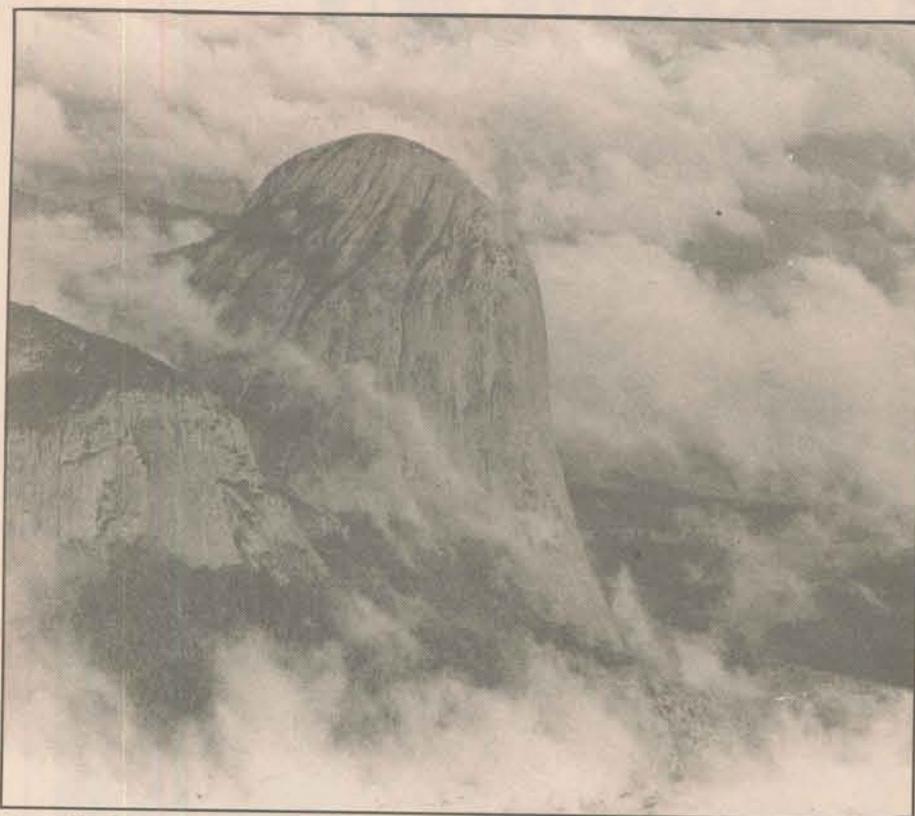


MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA
DO COMÉRCIO E DO TURISMO

EMBRATUR

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO

Próprio para a pesquisa e o ecoturismo



Explodindo por entre as nuvens, a imponência da Pedra é o encanto da região

Pelos caminhos que o parque sugere

Os caminhos seguidos dentro do parque oferecem diferentes abordagens visuais do conteúdo do Parque Estadual de Pedra Azul. São três trilhas. Uma delas é a que leva à base da Pedra do Lagarto, tradicional ninho de andorinhas e local de morangos silvestres. Outra trilha é a do Ipê, em homenagem a uma das espécies nativas da região. Bastante rústica, a trilha expõe um imenso exemplar desta árvore tombada no caminho. Suas velhas raízes bloqueiam a trilha. Esta rota contorna parte da própria Pedra Azul, coberta de líquens, bromélias e orquídeas.

A terceira trilha é a que exige mais fôlego e espírito de aventura. São apenas 500 metros morro acima. Nos 70 metros finais do percurso existe um paredão de granito encravado na Pedra Azul, com declividade de até 60 graus. Os caminhos podem ser percorridos com orientação do ITCF, que organiza passeios dirigidos, com apoio de biólogos e técnicos.

Do alto dos seus 1.300 metros, alcançados depois de uma caminhada de aproximadamente duas horas, é possível admirar montanhas e vales cobertos de verde, com destaque para os maciços de Três Pontões, de Afonso Cláudio, da Pedra do Garrafão, de Santa Maria de Jetibá, e do Pico da Bandeira. Este já no Parque Nacional do Caparaó.

Outra grande atração são as piscinas de águas geladas. Refrescantes, principalmente no verão. Os poços são cercados por quaresmeiras floridas, brincos de princesa e espécies frutíferas como maracujá, jurubeba e gabioba do mato. Beija-flores, gaturamas (de cor amarela, verde e azul) também são observados ao longo do percurso.

Um dos grandes problemas da região, de acordo com o biólogo Marco Berge é

a caça, principalmente de veado, paca e tatu. Segundo ele, através da caça é realizada uma seleção genética negativa, já que os exemplares mais saudáveis são os mais cobiçados aos olhos dos caçadores. Para o biólogo, trabalhar com seriedade o "controle desta atividade é um serviço prestado a gerações futuras". Caçar, apesar de proibido, é um antigo hábito de alguns moradores da região, cultivado ao longo dos anos. A situação se agrava porque o parque não conta com sede administrativa, nem infra-estrutura para os trabalhos desenvolvidos na região.

A pesquisa feita no local é basicamente de inventário. Porém o biólogo acrescenta que deveria haver um maior apoio por parte da rede hoteleira, já que esta é uma das principais beneficiadas com o Parque Estadual de Pedra Azul. O Parque Estadual de Pedra Azul situa-se no município de Domingos Martins, próximo à BR-262, distante 89 km de Vitória, com uma variação altimétrica de 1.200 a 1.909 metros e área total de 1.240 hectares. Parte de sua área é coberta por floresta primária classificada como altimontana, onde podem ser achados tabebuia, canjerana, cedrela, cássia, ingá, cecropia, cariniana, tibouchina, além de vegetação rupestre com representantes das famílias de bromélias e orquídeas entre outras espécies. Verifica-se a presença de líquens rupícolas que dão a coloração azul esverdeada que dá nome à Pedra Azul.

O local possui ainda algumas espécies de mamíferos. Muitos deles considerados em extinção no Brasil. No parque são encontrados animais como preguiça-de-coleira, veado-catingueiro, barbado, sagüi-da-serra, macaco-prego, tamanduá-colete, paca-mão-pelada, quati-mundéu, jaguatirica, gato-do-ma-

Parque Estadual de Pedra Azul posa de star. Elogiado primeiramente como monumento cênico, a região atende aos interesses de preservação e pesquisa científica. Com estreita relação com a população vizinha, o parque responde, no Estado, pela própria animação do termo ecoturismo ou turismo ecológico, pois sua localização privilegiada atrai muitos visitantes no verão, a procura de sua paisagem, suas piscinas naturais e seu clima que está classificado como o segundo melhor do mundo.

"Nos passeios realizados no local existe o prazer embutido, mas a intenção é passar informações relativas ao local, gerando assim uma maior consciência em relação à natureza", diz o biólogo Marco Berger, responsável pelo setor de educação ambiental do ITCF, órgão ligado ao Governo Estadual que administra a área e promove passeios em determinadas épocas do ano.

O Parque Estadual de Pedra Azul tem seus defensores particulares, pois surgiu através de iniciativa da população vizinha. Com altitude considerável, guarda em sua extensão remanescentes

de florestas nativas. O difícil acesso (devido aos obstáculos naturais) e a grande declividade ajudaram a preservar aspectos da fauna e da flora.

Por sua beleza e clima agradável (notabilizado por sua baixa temperatura), a região é muito procurada para o turismo de montanha, ganhando sempre algum destaque nos livros, revistas e jornais especializados, e por seus hotéis, restaurantes (para atender a população visitante) e casas vizinhas que guardam tradições das culturas alemã e italiana.

Com o incremento do turismo, estão bastante difundidos os passeios a pé, as escaladas de montanhas íngremes e os banhos em piscinas de águas naturais. Ao lado, a Pedra do Lagarto, colada à Pedra Azul, divide a curiosidade dos visitantes por sua inusitada formação rochosa em forma de lagarto.

Conforme documento do ITCF, "é de grande importância a estruturação do parque como forma de assegurar o uso racional dos recursos naturais que se encontram em grande parte em seu estado primário, além de dotá-lo de infraestrutura e segurança capaz de atender ao público visitante".

O início

Segundo documentação do ITCF, o Parque Estadual de Pedra Azul originou-se na década de 50, quando o Estado realizou a discriminatória (separação) de terras na região, objetivando a regularização fundiária das pessoas que haviam solicitado suas posses. Feita a regularização fundiária e dada posse aos novos proprietários, o restante foi estabelecido como "reserva do Estado".

Com o assédio constante de caçadores e coletores de orquídeas e bromélias, os proprietários vizinhos da área passaram a fiscalizar irregularidades nas redondezas, atra-

vés da Sociedade de Amigos de Pedreiras, culminando, em 1960, com a transformação da área em reserva florestal através do Decreto Estadual nº 312.

A associação de seu potencial turístico e conservacionista com estudos realizados por professores da Universidade Federal de Viçosa, em conjunto com a Purdue University, dos Estados Unidos, levou o governo estadual a transformar, em 8 de janeiro de 1991, a reserva florestal em parque estadual, através da Lei nº 4.507, atendendo a reivindicações de lideranças e movimentos populares locais.



O passeio calmo pelas trilhas propõe imagem de mãos dadas com natureza

to, giricaca, irara, tatu. Entre as aves se destacam jacupemba, jacu, inhambu, rolinha, diversas espécies de gaviões como o cará-cará, pinhé, carijó, pega-pinto; além de outras como rabilonga, tico-tico, sabiá, bem-te-vi, joão-de-barro e as andorinhas gigantes, que se reúnem aos milhares na Pedra do Lagarto.

Entre os répteis são encontradas la-

gartixas e cobras como jararaca, coral, surucucu e a limpa-mato (mussuaruna), além de espécies de anfíbios que habitam as áreas úmidas e as colônias de bromélias. O habitat relativamente bem preservado, propicia ainda a existência de um grande número de insetos, que ainda não foram catalogados pelo ITCF, que administra a área do parque.

Rica restinga em reserva da biosfera

O Parque Estadual de Setiba abriga uma das mais ricas áreas de mata de restinga ainda preservadas no Espírito Santo e faz parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica capixaba. Criado oficialmente através do Decreto nº 2993/90, está situado no município de Guarapari, compreendendo parte da região entre a Ponta da Fruta e Setiba e limitado pela Rodovia do Sol e o Oceano Atlântico. Possui dimensões aproximadas de 11 km de comprimento por 1,5 de largura média, abrangendo área continental de cerca de 1.500 hectares e área marinha de cerca de 6 mil hectares, incluindo o arquipélago das Três Ilhas.

Mar, córrego, ilhas, lagoas, dunas e alagados abrigam várias espécies de animais e uma rica vegetação - uma diversidade biológica muito pouco conhecida, resguardada para possibilitar as pesquisas científicas e a educação ambiental.

Com o processo predatório que se instalou no Estado ao longo das últimas décadas, especialmente no litoral, iniciaram-se os desmatamentos para abertura de loteamentos e construção de imóveis. As indiscriminada extração de areia, as queimadas e outras ações de destruição ameaçam o patrimônio natural. Apesar de



ser mais conhecida como Parque Estadual de Setiba, a região foi batizada oficialmente de Parque Estadual Paulo César Vinha, biólogo que realizava trabalhos de pesquisa e conservação na área, combatia a extração de areia e morreu assassinado.

Apesar de a área do parque estar toda demarcada, apenas 10% da região foram desapropriados, situação para a qual o presidente da Avidépa (Associação Vila-velhense de Defesa e Proteção do Meio Ambiente), César Musso, uma das pessoas que estiveram diretamente ligadas à

criação da unidade de conservação, destina os seguintes comentários: "Assim como outras áreas de conservação no Estado, o parque foi criado no papel. Quando o governo do Estado criou o parque, ele já tinha dinheiro para desapropriar uma parte. Acontece também que algumas unidades de conservação são criadas no final de mandato e a gestão seguinte não tem o mesmo interesse".

César Musso mostra que a situação atual do parque é delicada. Que a vigilância da região é feita pela Polícia Florestal que, na sua opinião, deveria estar executando tarefas mais nobres.

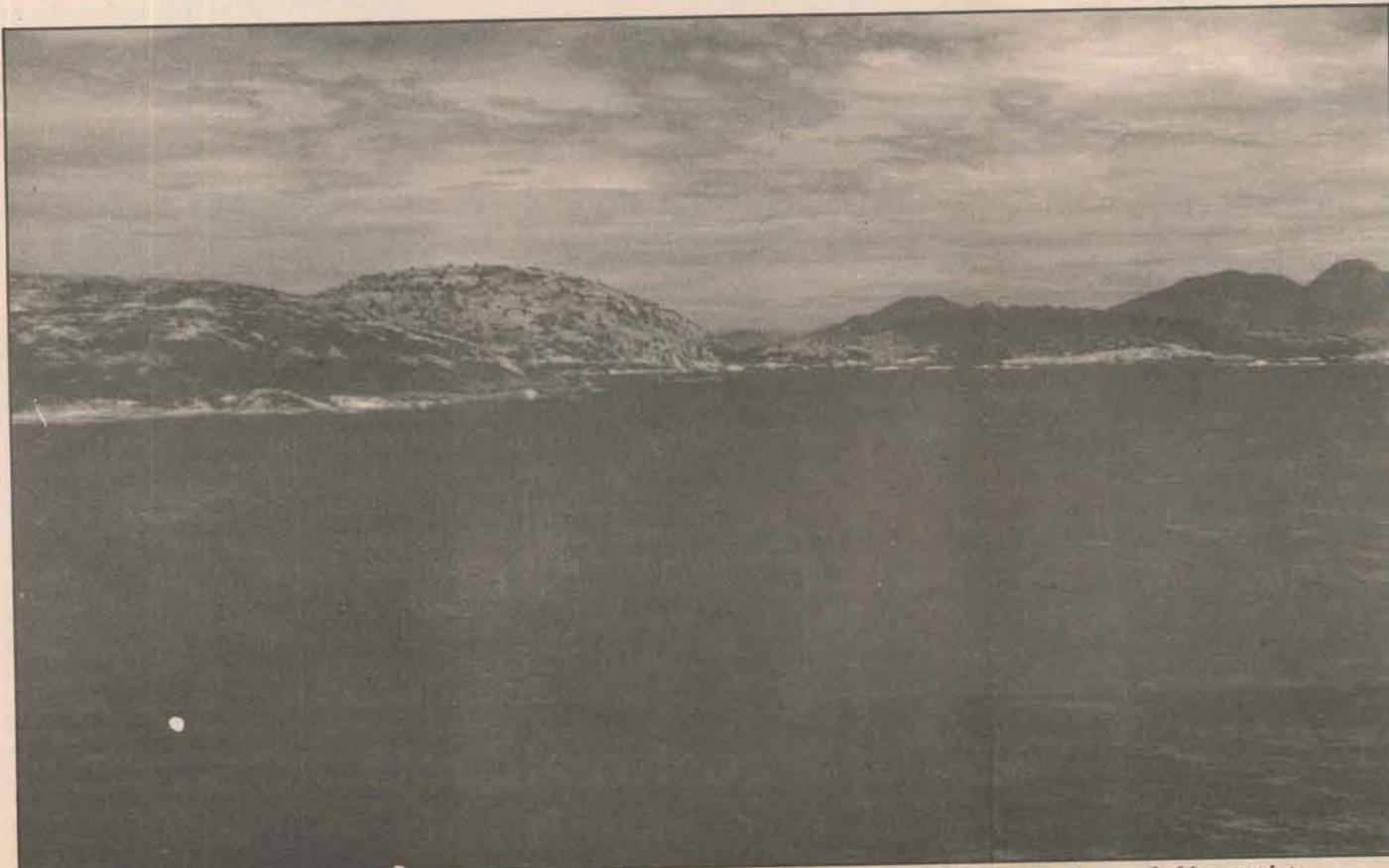
"Eles só vigiam uma casa, que já foi depredada e está novamente reformada. A Polícia Florestal tem a função de fiscalizar a questão ambiental do Estado, e não especificamente de uma unidade de conservação". De raciocínio oposto ao de César Musso, o Secretário para Assuntos de Meio Ambiente, Almir Bressan, argumenta que "as três pessoas que tomam conta da área são suficientes para impedir a retirada de areia e de vegetação. E uma certa área continua bastante primitiva. É claro que não é dá para manter o controle necessário, mas problemas existem em todas as unidades de conservação do país".

Pronta para o manejo

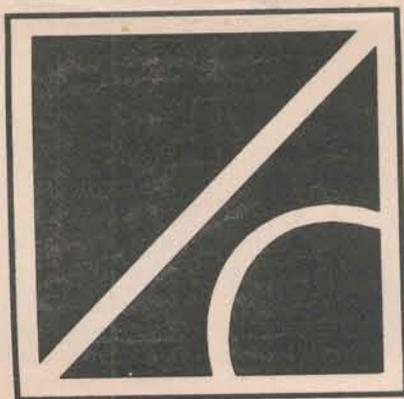
A área, de grande especulação imobiliária e forte atração turística (por estar situada entre Guarapari e Vila Velha), é frequentada por banhistas, surfistas e os que procuram lazer em locais bonitos. O Parque Estadual de Setiba tem apenas 10% de sua área desapropriada e enfrenta graves problemas fundiários, sendo que Almir Bressan, na direção da Seama (Secretaria do Estado para Assuntos do Meio Ambiente), espera, conforme diz, chegar a uma definição através do plano de manejo (que está em fase preliminar desde 1990), no qual ficaria delineada a utilização pela iniciativa privada de certas partes da unidade, seguindo critérios de preservação. A avaliação feita pelo ITCF (Instituto de Terras, Cartografias e Florestas) em maio de 1989 concluiu que o custo de desapropriação da área gira em torno de US\$ 2,2 milhões, a preços de julho de 1989.

"Algumas glebas de grande tamanho e outras propriedades perto da Ponta da Fruta eram do antigo loteamento da Emesa. O plano de manejo vai definir as áreas em que poderão ser feitas trilhas, espaços para estacionamento, restaurante e pontos de apoio ao turista. "Existe um mapeamento que é justamente a base do plano de manejo", segundo Bressan.

De acordo com o secretário, há interesse dos proprietários em viabilizar uma forma de permuta com o Estado, garantindo retorno financeiro compatível com o investimento no parque. A situação atual da unidade de conservação, de certa forma, levou o ambientalista César Musso a criticar a história da formação fundiária da região.



Arquipélago das Três Ilhas faz parte do mar de fronteira que banha o parque e compõe o horizonte que de lá se projeta



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA
DO COMÉRCIO E DO TURISMO
EMBRATUR
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO

Já foi o sonho da Capital do Sol

Em suas críticas, conta Musso que o governo do Estado tinha a proposta de implantar a Cidade do Sol e fazer ali a capital do Espírito Santo. "O fato é que isto não aconteceu. A Condusa, através da subsidiária Emesa (Empreendimentos Minas Espírito Santo) foi criada para administrar a cidade. Como não iam mais criar a cidade, eles lotearam e venderam. O Estado passou a ser uma imobiliária. A área que seria a Cidade do Sol, que era da Emesa, ficou debaixo dos olhos de um monte de interesses. Começaram a especular em cima disto. Então virou um ninho de marimbondos isto aí", garante.

O presidente da Avidepa também acrescenta que a situação se agravou com a "aparência de herdeiros". Eles contestaram a posse da área e alguns advogados entraram com um ação. O Estado perdeu a posse". César também aponta para outro problema, pois segundo argumenta o decreto que declara de utilidade pública as outras áreas que não foram desapropriadas caduca em cin-

co anos, ou seja, em 1995. "É preciso que se estabeleça um instrumento legal que garanta que, mesmo com este decreto caducando, não vai haver uso indevido da área". César aconselha que o proprietário deve requerer do Estado desapropriação, que seria uma forma de incentivar a agilização por parte do Estado. "A pessoa que está dentro de uma unidade de conserva-

ção deve ter consciência que está dentro de um patrimônio natural, dentro de um patrimônio da humanidade", conclui.

Recursos

Informa o secretário da Seama que os recursos do Banco Mundial para a região são da ordem de 330 mil dólares para serem utilizados entre 1995 e 1998. Ele

diz que existem dificuldades de captar a verba suficiente para a desapropriação de terras, porque nenhum recurso internacional dá autorização ao Brasil para desapropriação e implantação de parques. "O caminho mais viável que nós vemos, no momento, é a parceria com a iniciativa privada".

O secretário ainda informa que o convênio entre o Banco Mundial e o governo do Estado compreende a despoluição de ecossistemas costeiros, o que abrange Setiba e outras unidades de conservação. "É um recurso pequeno, mas muito significativo para a continuidade dos trabalhos", frisa Almir Bressan, acrescentando que um convênio a ser firmado com a prefeitura de Guarapari vai garantir uma gestão con-

junta mais eficaz, prevendo a formação de uma comissão de implementação do parque. Outras alternativas já foram ensaiadas. Uma delas englobava várias entidades ambientalista sob o título de Sociedade de Amigos do Parque. A idéia não vingou pois, segundo Musso, as pessoas estavam comprometidas com as atividades das entidades às quais estavam ligadas.

Flora diversificada

A restinga de Setiba congrega uma grande diversidade de comunidades, sendo que próximo à praia, destacam-se a Halofita, Psmofita reptante e Palmae, com numerosas espécies características. Dentre estas, destacam-se a Pannovia alnifolia já mencionada como ameaçada de extinção e as bromélias e os cactos, fornecendo ao ambiente rusticidade e beleza. A vegetação de maior porte, atingindo até 18 metros de altura, está representada pelas matas, que podem ser totalmente secas ou inundadas, além de outra que periodicamente fica debaixo d'água. As cores contrastantes são produto de um mosaico de flores. Destacam-se neste aspecto, Clusia hilariana e Symphonia globulifera, plantas de grande altura que abrigam uma rica flora epífita, representada por bromélias e orquídeas.

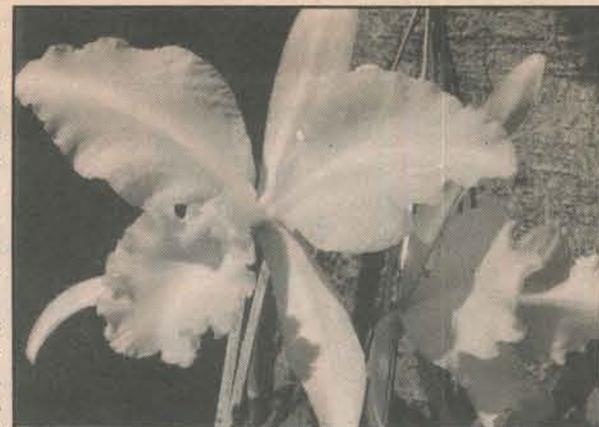
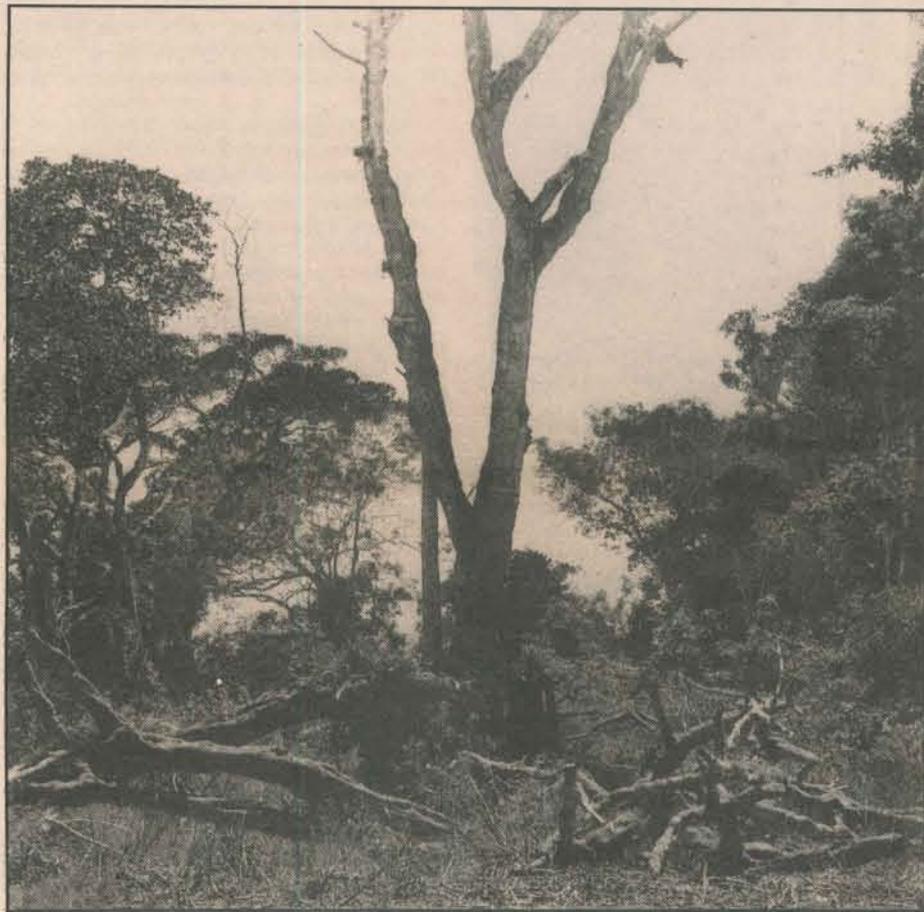
Nas restingas capixabas é comum encontrar uma comunidade vegetal que só possui similar no Rio de Janeiro, a formação aberta. No Espírito

Santo, e mais precisamente na restinga de Setiba, dois tipos de formação são encontrados em grande proporção em relação às outras, a de Clusia e a de Ericacea, sendo distintas pelas espécies que a compõe.

Na formação de Clusia, sobressaem-se a Clusia hilariana, Emotum nitens e Protiun icariba, enquanto na de Ericacea, sobressaem-se Humiria balsamífera e Humiriastrun spirita-santi, esta uma das especialidades do Estado. Entre as moitas desta formação destacam-se a Marcetia taxifolia e a Paepalanthus ramosos.



Nas áreas de vegetação de maior porte as árvores podem chegar a até 18 metros de altura



Ainda as espécies raras

O levantamento da fauna de aves e mamíferos do Parque Estadual de Setiba, que vem sendo realizado desde janeiro pelos biólogos Ana Cristina Venturini e Pedro Rogério de Paz (da Seama) e Ana Maria da Silva Ofranti (bióloga autônoma, colaboradora da pesquisa) registrou a presença de duas espécies raras oficialmente reconhecidas como ameaçadas de extinção no Brasil: o ouriço preto (*Chaetomys subspinosus*) e a baleia franca (*Eudalaena australis*).

O ouriço preto, mamífero nativo da Mata Atlântica, chegou a ser considerado extinto no livro das espécies ameaçadas **Mammal Red Data Book**. O último registro de sua existência era uma foto de 1952. Entretanto, em 1987 foi redescoberto por biólogos nas matas do Sul da Bahia.

Já a baleia franca, mamífero marinho cuja presença no litoral do Brasil tem sido acompanhada desde o Rio Grande do Sul até o Espírito Santo, foi encontrada inclusive na área de abrangência do parque de Setiba.

Entre as aves é de se destacar a cegonha ou maguari (*Euxenura maguari*), espécie que segundo o cientista Augusto Ruschi, não mais existia no Espírito Santo.

Segundo a pesquisa, "a presença desses animais é um indicador de boa qualidade ambiental do parque, pois eles requerem um ambiente em bom estado de conservação, com disponibilidade de alimentos e abrigo". Além destas espécies o levantamento parcial registrou, até o momento, 110 outras diferentes entre aves e 17 mamíferos. São números que, no mínimo, indicam a relevante significância biológica da área; números estes que tendem a aumentar, segundo os pesquisadores, com a continuidade do trabalho.

O estudo aponta para a necessidade manutenção da área enquanto unidade de conservação devido à presença das espécies ali encontradas - "um patrimônio genético incalculável" - e ressalta o uso da área pelas espécies. Algumas como certos roedores (ratos) e marsupiais (jupati) utilizam trechos específicos do parque, o mesmo ocorrendo com determinadas aves; enquanto outras necessitam de uma área mais ampla, espalhando-se pelo entorno do região.

É de se destacar a presença de andorinhas migratórias de outras regiões do país e do mundo, que se utilizam do Parque de Setiba para o pouso. Segundo documento da Seama, "toda a biodiversidade encontrada na região sofre com a contínua depredação imposta ao parque, como o lixo deixado inadequadamente por alguns visitantes, a caça, a extração clandestina de areia no entorno do parque, a proximidade da Rodovia do Sol (motivo de atropelamento de animais).



A natureza se renova a cada dia, como nas ilhas de Setiba, no nascimento da andorinha do mar

Nas formações próximas à praia, é encontrado com frequência o calango (*Tropidurus torquatus*), além do carcará (*Polyburus plancus*), a coruja (*Speotyto cunicularia*) e os anus (*Crotophaga* e *Guira-guira*). Dentre as espécies de mamíferos encontradas estão o cachorro do mato, o rato-espinho (*Proechimys* sp.), a paca (*Agouti paca*), o gambá (*Didelphis marsupialis*) e a cuíca (*Phyllorhynchus opossum*).

Entre as aves, ocorrem nas matas a jacupemba (*Penelope superciliaris*), o juriti (*Leptotila* sp.) e o inhambu (*Crypturellus* sp.). Nas árvores e arbustos que compõem as moitas podem ser observadas numerosas espécies de aves, com destaque para o sabiá-da-praia (*Mimus gilvus*), o siriri (*Tyrannus melancholicus*), o caga-cebo (*Coereba flaveola*), a cabaxirra (*Troglodytes aedon*), o tiê-sangue (*Ramphocelus bresilius*) e o sanhaço (*Thraupis sayaca*). Espécies de anfíbios podem ser encontrados no interior das bromélias, sendo considerados como habitantes típicos de formação de restinga, além de outro grupo bastante abundante nestas formações em mosaico que são os insetos.

É importante, afirmam os biólogos, o envolvimento de todos os segmentos da comunidade local com o parque a fim de conhecerem melhor o patrimônio biológico (fauna e flora) existente, e lutarem junto com o governo por sua preservação, cujo uso, de maneira ordenada, pode lhes trazer benefícios.

Dunas, praias, lagoas

Encontram-se cordões de dunas ao longo de toda a faixa litorânea, sendo mais expressivos ao norte, onde chegam a atingir 15 metros de altura, conhecidas como dunas D'Ulê, diminuindo de tamanho em direção ao sul, onde alcançam 2 ou 3 metros de altura nas proximidades da Lagoa dos Carais. As dunas D'Ulê, mesmo tendo sido alteradas em alguns pontos por ação antrópica, apresentam uma grande diversidade florística, formada basicamente por plantas rastejantes, tais como: *Sporobolus virginicus* (grama de praia), *Remirea maritima* (cipó de praia), *Chysobalanus icaco* (maçazinha da praia), que fazem parte do grupo de plantas pioneiras, com a função de impedir a movimentação da areia. Devido a sua beleza, as dunas e praias desta região são bastante frequentadas.

A faixa do litoral capixaba proposta para a criação do parque é privilegiada pela presença de três lagoas. Duas destas, a Lagoa do Milho ou Vermelha e a Feia, são fechadas, não havendo aporte direto das águas do mar. Possuem pouca vegetação natural, que é representada principalmente por espécies de *Nymphaeaceae* (lírio d'água) e *Lentibulariaceae* (carnívora). Outra lagoa é a de Carais, que dá nome à bacia hidrográfica. É a maior, e tem abertura para o mar, em determinadas épocas do ano, acarretando alterações na composição da água. Esta mudança favorece a instalação em suas margens de *Rizophora mangle*, encontrada associada com plantas de restinga em grandes populações de *Maytenus obtusifolia* e *Dalbergia ecastophylla*.

A Lagoa de Carais apresenta outra peculiaridade que é afloramento rochoso, estabelecido próximo à praia, que faz parte de uma de suas margens. Neste, uma grande população de cactos é encontrada, margeada

por uma samambaia típica de locais rochosos, *Doryopteris collina*.

Nas lagoas existe uma fauna muito característica, na qual se destacam a piabinha (*Hiphessobrycon reticulatus*), o acará (*Geophagus brasiliensis*) e morobá (*Hoplerethrinus unitaeniatus*). Na lagoa de Carais, devido à conexão periódica com o mar, também ocorrem algumas espécies de origem marinha com o robalo (*Centropomus undecimalis*), a tainha (*Mugil* sp) e o carapicu (*Eucinosotonus* sp). Diversas aves aquícolas como as garças (*Egretta thula*), o socó (*Butorides striatus*), o martim pescador (*Ceryle torquata*) e a saracura (*Aramides* sp), são observadas nestes ambientes.

O arquipélago das Três Ilhas é distante cerca de 3,5 km do continente, constituído pelas ilhas Quitongo, Cambaião, Lesto-Oeste e das Guanchumbas. A plataforma continental foi incluída na área do parque por ser um importante local de pouso de aves de arribação, como também pela rica variedade de flora e fauna submarina.

A preocupação com a utilização da região pelos visitantes levou a Seama a elaborar uma cartilha, contendo instruções básicas para a preservação: "O fogo pode destruir a natureza. Evite fumar e provocar fogo na área do parque. As flores, galhos, ninhos e plantas são indispensáveis ao complexo e maravilhoso ciclo que torna a vida possível. Cuidado para não fazer barulho excessivo, que possa agredir ou incomodar os animais. O lixo pode prejudicar as plantas e os animais. Evite jogar papel, plásticos, garrafas e outros materiais no chão. Evite passar com o carro sobre as dunas, praias e vegetação". Concluindo, encerra o documento: "Não tire nada além de fotografias. Não deixe nada além de pegadas e não mate nada, além do tempo".

De foz a foz até à Bahia

O Parque Estadual de Itaúnas é formado por mais de 3 mil hectares, que começam na foz do Rio Itaúnas, em Conceição da Barra, e vão até a foz do Riacho Doce, divisa do Espírito Santo com a Bahia, uma região considerada das mais bonitas do país. São cerca de 25 km de praias onde as tartarugas marinhas vêm sendo protegidas por uma base do Projeto Tamar que até janeiro já havia liberado mais de 5 mil filhotes. "Existe uma grande quantidade de desova na região. Lá são realizadas as atividades de coleta, maturação e soltura"

O Conselho Estadual de Cultura, através da Resolução nº 08/86, tombou a área, devida ao seu valor histórico, arqueológico, paisagístico e ecológico. Há um projeto da Unesco declarando todos os remanescentes da Mata Atlântica como Reserva da Biosfera patrimônio da humanidade. A idéia é garantir a proteção do patrimônio natural, procurando compatibilizar a utilização racional dos recursos do Parque Estadual de Itaúnas com a vocação turística da região. Assim, são elaborados planos de coleta de lixo (deixado pelos que a visitam), que são acompanhados de informações aos visitantes, convidados a seguir trilhas específicas dentro da mata.

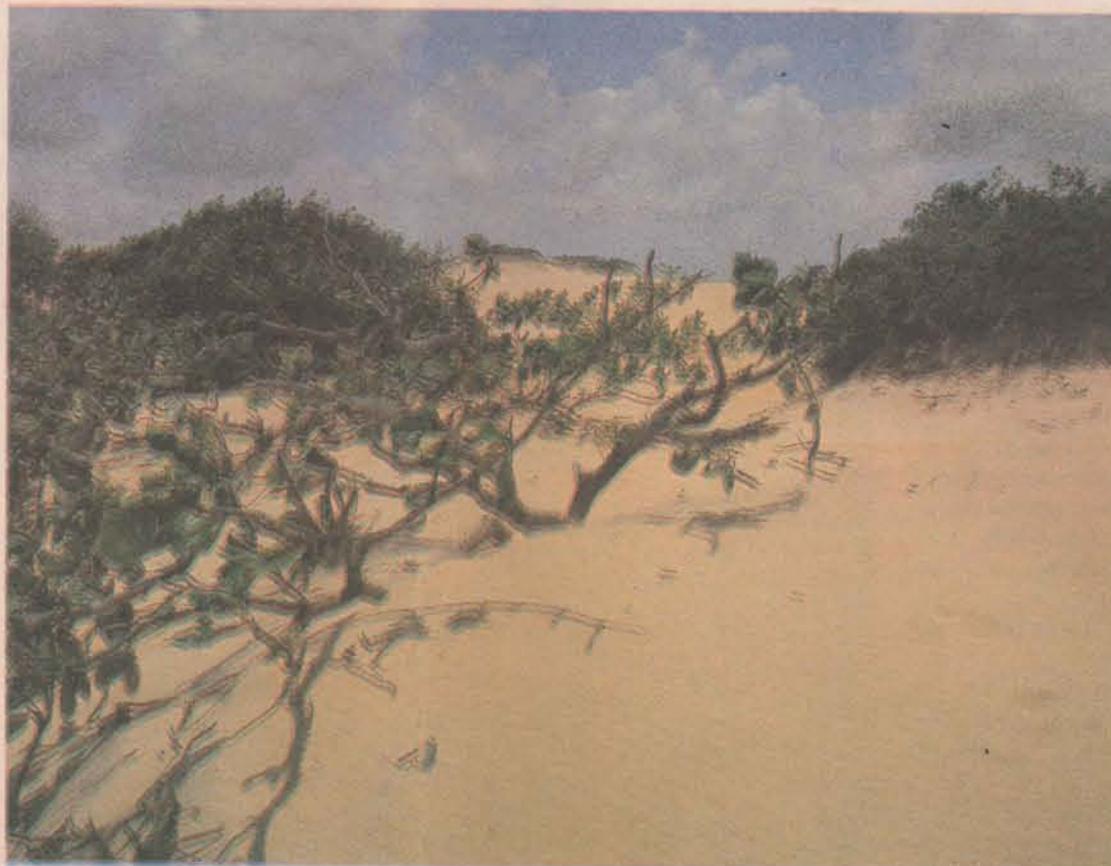
De qualquer forma, a presença humana delinea uma atenção muito especial, pois mesmo sem intenção alguns transtornos são causados. Ilustrando, conta Almir Bressan que o passeio de pessoas nas dunas mudou sua direção. Mas quem não sabe como se portar com a natureza aprende em poucos minutos. Basta procurar a sede do parque, que fica estrategicamente ao lado da única ponte que dá acesso às dunas.

Itaúnas serve como um medidor da sensibilidade da natureza em relação ao homem que a utiliza, até porque a teoria mais forte sobre o processo de formação das dunas tem ligação direta com o equilíbrio ecológico, com o desmatamento da vegetação da beira do mar, de restinga, que segurava a areia. "É uma região que tem ventos muito fortes, uma diferença de maré bastante acentuada. É uma praia que quando a maré baixa, forma-se uma grande superfície de areia. Estas dunas vieram se movendo durante todo este tempo e formou uma paisagem muito diferente", narra Almir Bressan.

Memória

As dunas de Itaúnas guardam vestígios de civilização de 700 anos. São cacos de cerâmica e pedras usados por índios parataxós e tupinambás, os primeiros moradores da região. Há aproximadamente 300 anos, as dunas começaram a se movimentar, mas somente há 50 anos a antiga vila local foi soterrada, levando os moradores a se mudarem para a margem direita do Rio Itaúnas.

Hoje, somente um morador insiste em desafiar as dunas: seu Tamandaré. Como os demais, ele teve que sair de sua casa para não ser soterrado, mas transferiu sua moradia para um terreno ao lado das dunas. Como a areia vem se movimentando em direção ao rio, seu Tamandaré



Três mil hectares, dunas e 25 quilômetros de praias formam o cenário tido como dos mais bonitos do Brasil

ainda permanece no local.

Os passeios ecológicos e o banho de mar são realizados na área do parque sobre a orientação dos funcionários, mas há muita gente que desconhece a orientação oferecida pelos profissionais do local. Segundo Almir Bressan, uma das características peculiares do Parque Estadual de Itaúnas é sua estreita relação com os moradores da vila. Para ter idéia, os fiscais e guardas do parque são todos habitantes do local e, portanto conhecedores da região. Oito pessoas trabalham na unidade de conservação, três biólogos e cinco guardas florestais. "As pessoas daquela região têm um conhecimento muito grande e acabaram nos ensinando muita coisa", comenta o secretário.

Complementando, o secretário da Seama afirma: "Quando você cria uma reserva, você priva aquela comunidade de algumas coisas. Alguns hábitos como caçar e tirar lenha do parque tiveram que ser mudados. Hoje é permitida, por exemplo, a pesca com linha e de rede, dependendo da época do ano, com a malha apropriada, seguindo critérios de preservação".

Sem citar o montante da verba destinada à manutenção das atividades no local, Almir Bressan informa que "quando se fala em preservação ambiental, os recursos destinados a este setor nunca são volumosos, porque a população não eleger o assunto como prioritário devido a uma série de carências em educação, saúde e



habitação". Um maior alívio vem da situação fundiária do local, até porque mais de 70% da área definida para a preservação era formada por terras devolutas do Estado, se tornando uma posse do mesmo. "O parque é uma franja permanentemente preservada. É quase todo uma posse do Estado", diz Bressan.

Desova protegida

No período de setembro a março as tartarugas ocupam a praia de Itaúnas para a desova. E se tornam uma atração a mais, quando os funcionários do projeto Tamar e do Parque Estadual de Itaúnas liberam os filhotes. Em Itaúnas, dentro do parque, existe uma base do Projeto Tamar, que funciona na região há três anos. Este projeto foi criado em 1982 pelo Ibama e atua em 200 quilômetros do litoral Norte capixaba, dividido em cinco bases: Comboios, Povoação e Pontal do Ipiranga (todos no município de Linhares), Guriri (município de São Mateus) e Itaúnas (vila pertencente a Conceição da Barra). A bióloga do Parque, Márcia Regina Lederman, chegou ao parque em 1991 e gerencia hoje os trabalhos na área. As atividades do Tamar, contam também com o apoio da população, crianças e adultos que ajudam na identificação dos ninhos e na liberação dos filhotes para o mar.



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA
DO COMÉRCIO E DO TURISMO
EMBRATUR
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO

Alternativas do deserto

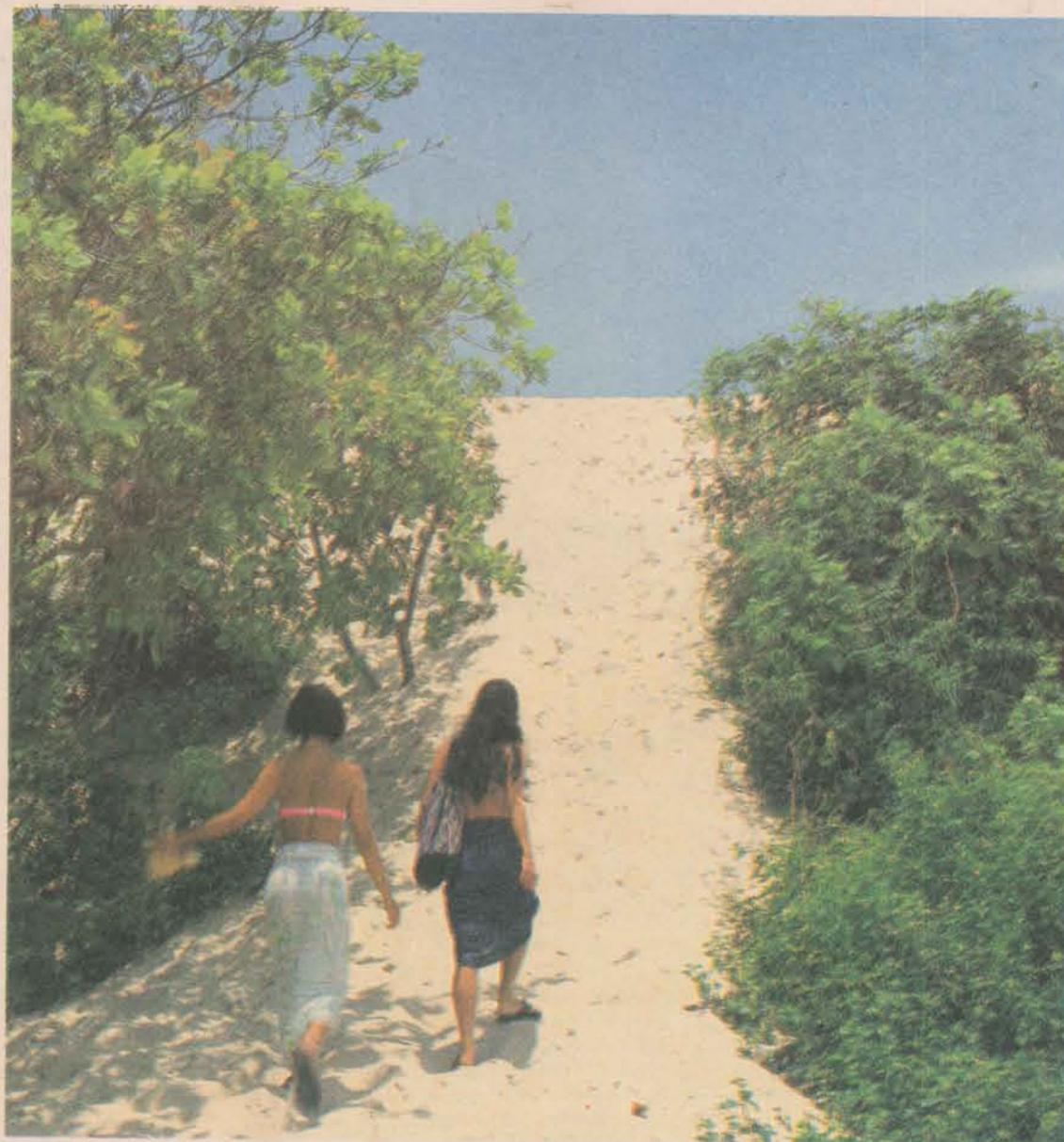
Lugar onde o progresso ainda não chegou, primitivo, autoriza passeios bucólicos

Itaúnas é o típico lugar deserto, onde você encontra um monte de gente. Devido à escassez de áreas naturais para passeios bucólicos, algumas pessoas circulando podem representar quase nada. Atrações como praias, uma vila pouco urbanizada, alagados, rios, trilhas dentro da mata, e, de quebra, um sítio arqueológico, despertam interesse no local. Tanto que o secretário para Assuntos do Meio Ambiente, Almir Bressan, não evita o trocadilho: "É uma área que desponta como uma das alternativas de turismo alternativo". Com uma situação fundiária mais cômoda em relação a outras unidades de conservação estaduais, o Parque Estadual de Itaúnas tem muita história para ser contada.

Almir Bressan compara a situação do parque a outros locais nativos, porém apontando vantagens para Itaúnas. "É uma daquelas áreas onde o progresso não

chegou de forma destruidora. As pessoas querem lugares primitivos. Lá existe cultura de vila de pescadores e casas simples. As pessoas não precisam ficar ostentando roupas sofisticadas e podem andar descalças. Além do mais, a qualidade de ambiente foi muito pouco alterada. Eu conheci lugares como Trancoso e Arraial da Ajuda, que tiveram forte degradação ambiental, porque não fizeram um trabalho de preservação".

Devido à atração que desperta no visitante, Almir comenta que estas regiões correm um risco natural, tornando relevante um trabalho que evite a descaracterização. Como a vila está diretamente ligada ao parque, ambos seguem critérios. Na vila é proibido construir prédios e nas dunas fica até difícil imaginar um calçadão. "Os locais assim se tornaram muito parecidos com Copacabana", alinhava Almir.



Aproveitar sem destruir

Conta o secretário que está em desenvolvimento a plantação para fins econômicos que fornecerá madeira para a população. E que a Aracruz Celulose patrocina certas atividades, fornecendo veículos, combustível e lenha, para suprir a necessidade de alguns moradores da vila. "O trabalho que é feito lá não é só de educação ambiental, as pessoas têm necessidades. Nosso pessoal tem levado algum tipo de atividade para crianças, além de culinária para adultos".

A preocupação com a descaracterização chega à faixa de praia onde se instalaram as barracas. Todas devem seguir um padrão, no qual se destaca a cobertura de palha, havendo ainda controle da areia utilizada para o assentamento do piso, que não deve conter sementes de vegetação invasora, ou seja, que não seja nativa da

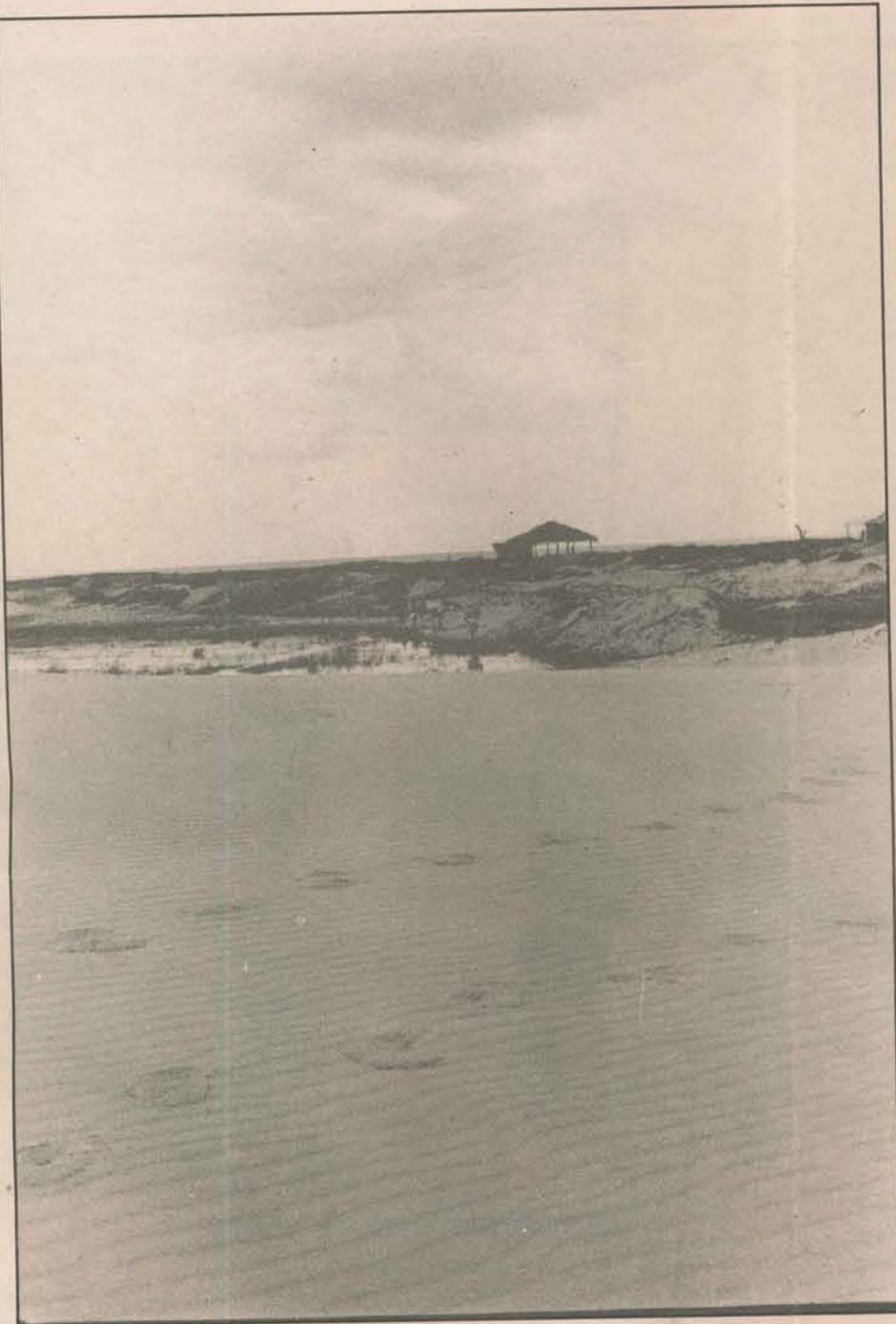
região.

Importantes animais da fauna brasileira ameaçados de extinção vivem em Itaúnas. São capivaras, veados, jacarés-de-papo-marelo e lontras que, sob a proteção do parque habitam a região. Segundo informações da Seama, Itaúnas reúne o maior número de aves aquáticas do Espírito Santo, sendo 50% da área do parque composta por alagados. Podem ser vistos com facilidade irerês, patos selvagens, marrecos, garças, frangos d'água e piaçocas (aves com a parte inferior das asas amarelas). Na região de mangue, famílias de papagaios e periquitos maracanãs também são facilmente encontrados. O Parque Estadual de Itaúnas reúne grande diversidade biológica, o que é facilitado pela interligação dos ecossistemas da região: alagados, dunas, matas de restinga, mangues e praia.



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA
DO COMÉRCIO E DO TURISMO
EMBRATUR
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO

Série de cordões litorâneos



Pesquisas realizadas na região revelam que as dunas de Itaúnas foram formadas no período geológico denominado de Holoceno (época em que as geleiras se restringem às regiões polares e ocorrem o desenvolvimento e a expansão humana). A atual linha do oceano começou a delinear-se a partir de 5000ap (antes do presente). O modelo explicativo dessa formação litorânea é o mesmo para a bacia do Rio Doce. Demonstra que de 5000ap até 2500ap, o nível do mar sofreu uma série de transgressões e regressões até encontrar sua estabilidade.

Essa seqüência de alternâncias do nível do mar fixou uma série de cordões litorâneos, que formaram a atual restinga e que barraram a saída do Rio Itaúnas diretamente no mar e determinou a inflexão de sua foz para a posição atual. Por isso, o processo de formação das dunas se iniciou a partir dessa formação (2500 AP), num período de clima diferente do atual, quando houve uma diminuição nos índices pluviométricos e, principalmente, pela ação antrópica, a partir da fixação das primeiras aldeias indígenas na região.

Há pesquisas no local que fazem parte da programação de extensão da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) desenvolvidas por professores. Hoje, já existe até um pequeno museu, já aberto a visitas.

As pesquisas nas dunas de Itaúnas começaram em 1969 e ainda não estão concluídas. Nesse período acompanhou-se o desenvolvimento dunar e a evidência dos testemunhos arqueológicos, pré-histórico e histórico que foram sistematicamente coletados. A equipe de pesquisas foi encabeçada pelo arqueólogo Celso Perota,

do Departamento de Ciências Sociais da Ufes, e contou com geógrafos e etnólogos sob o patrocínio da Aracruz Celulose.

As pesquisas geomorfológicas e arqueológicas permitiram o estabelecimento de uma seqüência cronológica relativa à evolução da paisagem e da ocupação humana na área da atual duna.

De 5100ap a 4000ap se dá a formação das primeiras ilhas barreiras. De 4000a a 3500ap inicia-se a formação da restinga que deu origem ao barramento das águas do Rio Itaúnas. De 3500ap a 2500ap é o período de intensas modificações na área e o final do ciclo em que se concretizou a ocupação humana (coletores-pescadores), com um ambiente que abrigava mangues e lagunas e o rio Itaúnas ainda saía diretamente no mar.

De 2000ap a 1000ap é quando o Rio Itaúnas muda sua foz para a direção atual. Estabelece-se uma população indígena de caçadores e pescadores. De 1800ap a 700ap é o período de desenvolvimento das dunas, após a saída dos índios. As dunas chegam a uma altura de 10 metros acima do nível do mar. 700ap: é instalada uma população de horticultores, principalmente de mandioca, milho e fumo e que já tinham a cerâmica como componente cultural. De 500ap 300ap, período em que as dunas estão em movimento e a população indígena já convive com a portuguesa.

De 200ap a 150ap ocorre a instalação da Vila de Itaúnas com uma população miscigenada de índios, portugueses e negros. 50ap: há movimentação das dunas, causada por distúrbios antrópicos, soterrando a Vila de Itaúnas e a lenta instalação da atual vila no local onde está.

A lenda do Buraco do Bicho

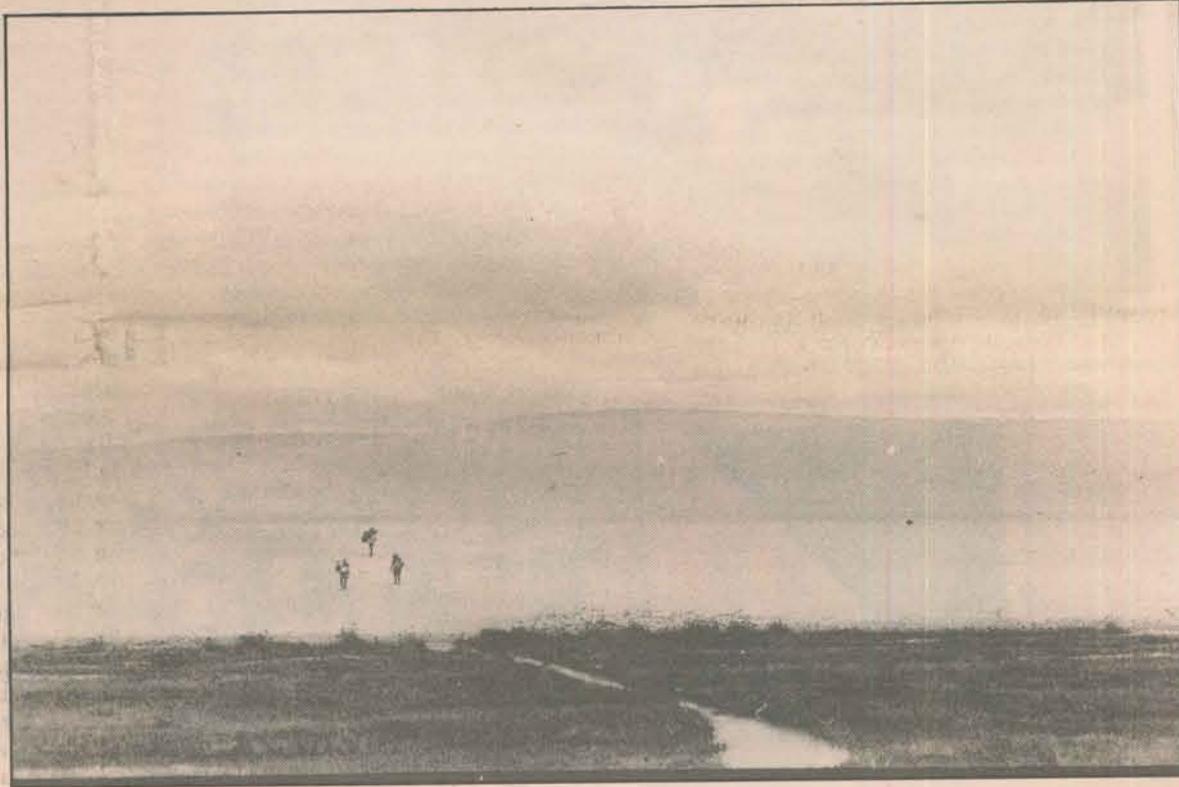
Com a ajuda e orientação dos funcionários é possível realizar três passeios pitorescos através de trilhas antigas, pelas dunas e alagados do parque: a trilha do Buraco do Bicho, das Perobas e Vila Antiga. O Buraco do Bicho fica na parte Norte do parque onde existe uma grande depressão causada pela movimentação da areia.

Antigos moradores acreditavam que ali existia um enorme bicho (meio homem, meio animal) que vivia no buraco, e depois da meia-noite saía para amedrontar as pessoas. Diz a lenda que foi desse buraco que veio o sopro que soterrou a antiga vila local. A trilha que leva ao Buraco do Bicho é uma antiga estrada

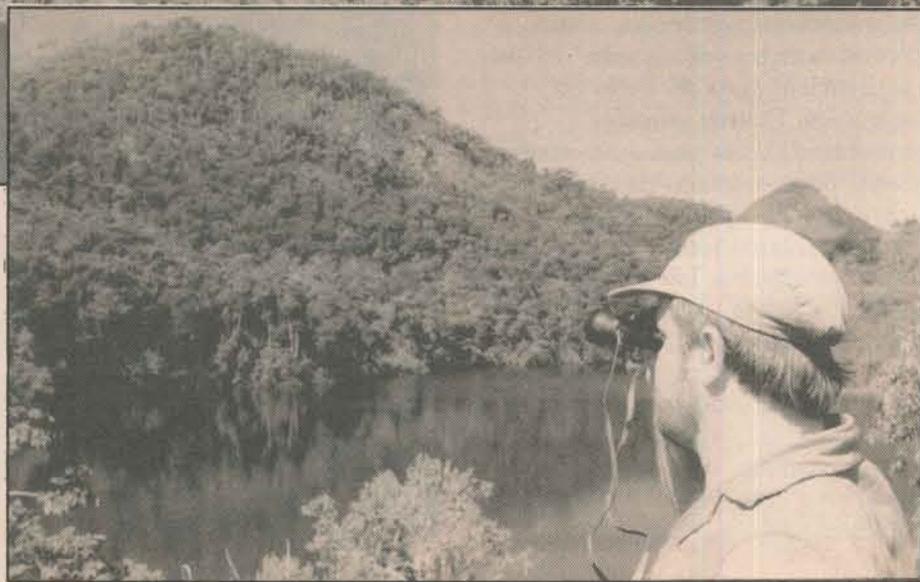
de telégrafo que ligava a vila de Itaúnas a Mucuri (BA). Há ali uma paisagem típica de mata de restinga com cajueiros, mangabeiras e pés de gajiru.

A outra trilha, a das Perobas, é o caminho que levava às matas de peroba, raras hoje na região, devido ao agressivo desmatamento ocorrido no passado.

A trilha da Vila Antiga leva ao passeio de uma hora sobre as dunas. Os guias relatam a história do processo de movimentação da areia que culminou no soterramento da vila. São encontrados com facilidade pedaços de cerâmica, telhas, assoalhos de casas e até vestígios humanos no antigo cemitério também soterrado.



Perfil biológico nobre



Classificada como reserva biológica, a unidade de conservação de Duas Bocas prevê uma utilização voltada para pesquisa, visando à menor interferência humana possível. A área conta hoje com um detalhado plano de manejo, para preservar um dos locais mais nobres do Estado - em termos de patrimônio natural devido à presença de animais em extinção da fauna brasileira e espécies vegetais raras.

A localização privilegiada, distante 27 quilômetros de Vitória, permite desenvolver visitas educativas de escolas da Grande Vitória, além de motivar o trabalho de levantamento e estudos por pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo (-Ufes) e por naturalistas não associados a instituições. A reserva também desempenha um importante papel na garantia da qualidade da água para o abastecimento da região de Cariacica, por conter em seus limites uma microbacia hidrográfica, que ainda é recoberta por uma extensa floresta da Mata Atlântica.

Por essas qualidades, de acordo com técnicos do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF), torna-se necessário alocar recursos para a estruturação dessa unidade, propiciando melhor infra-estrutura para o fomento de atividades de pesquisa e educação ambiental, e principalmente de fiscalização e de proteção. Hoje, a reserva conta com verba proveniente de um fundo internacional, que deve ser destinada aos custos, infra-estrutura e apoio aos programas de consolidação da reserva. Os recursos internacionais, segundo critérios adota-

dos, não são aplicados em desapropriação.

A consolidação da reserva biológica de Duas Bocas prevê a utilização de 6 carros e 11 motos, além de um centro de vivência, no qual será simulado, através de um museu a ser construído, o comportamento que se deve ter diante da reserva, além de apresentar seu conteúdo. A inauguração da instalação está prevista para setembro deste ano. "Nossa estratégia é fazer visita a escolas (três dias antes da visita à reserva), e expor nosso material para que as pessoas tenham um comportamento adequado diante da natureza", anuncia o biólogo Marco Berger, responsável pelo setor de Educação Ambiental do ITCF. O centro de vivência também deverá funcionar como unidade de apoio aos funcionários da reserva, oferecendo ainda alimentação para os visitantes e pesquisadores.

Por ser uma reserva biológica, explica Marco Berger, a utilização de Duas Bocas está voltada para a pesquisa e restringe a visitação, que só é permitida se houver finalidade de iniciação científica. "Isto porque o objetivo principal é preservar, e promover o mínimo de interferência humana possível. Os parques são mais abertos à visitação. Lá, temos que ter cuidados diferentes. Já num parque, com acompanhamento de um técnico, é possível fazer turismo ecológico mais abrangente e organizar excursões com no mínimo de 20 pessoas e no máximo 30. Nós temos o cuidado de impedir que as pessoas levem algo do local, pois existe o hábito de se guardar souvenirs".

Guardas velam o patrimônio

Hoje a reserva de Duas Bocas conta com um corpo de guardas florestais formado por cinco funcionários. Conta Marco Berger que algumas armadilhas perigosas são colocadas na região. Engatilhadas dentro da mata, oferecem riscos aos vigias e biólogos que, em fiscalização de rotina, podem desarmá-las acidentalmente e com isso sofrer lesões principalmente na perna. Marco Berger aproveita para lembrar um episódio que levou à morte de um caçador que entrou em confronto corporal com um guarda. Até hoje o guarda responde a processo criminal.

No local, atualmente, são feitos inventários de fauna e flora, estudos de comportamento e hábitos alimentares

de lontras, morcegos, anfíbios, além de uma pesquisa de distribuição de peixes na represa e adjacências. Visa ainda a um aumento da faixa de segurança contra incêndios, além de construção de torres de vigilância. "O ideal são três torres", estabelece Marcos Berger. O local não conta com esta instalação.

Devido ao seu patrimônio natural valioso, Duas Bocas sofre ameaças de caçadores, que buscam na região animais raros. "Com isto há uma queda na qualidade genética, pois quem caça escolhe o melhor exemplar da espécie, o mais bonito. Assim, cai a qualidade da reprodução dos que sobrevivem", sentencia.

Mata Atlântica de encosta

A área da reserva de Duas Bocas é de 2.910 hectares, com relevo altiplano, que vai de 200 a 700 metros. No local foi registrada variação térmica de 9,7°C a 32,5°C. A vegetação é classificada como Floresta de Encosta, sendo encontrada no seu estado primário ou sob forma de vegetação secundária, ocupando a maior parte da superfície da reserva.

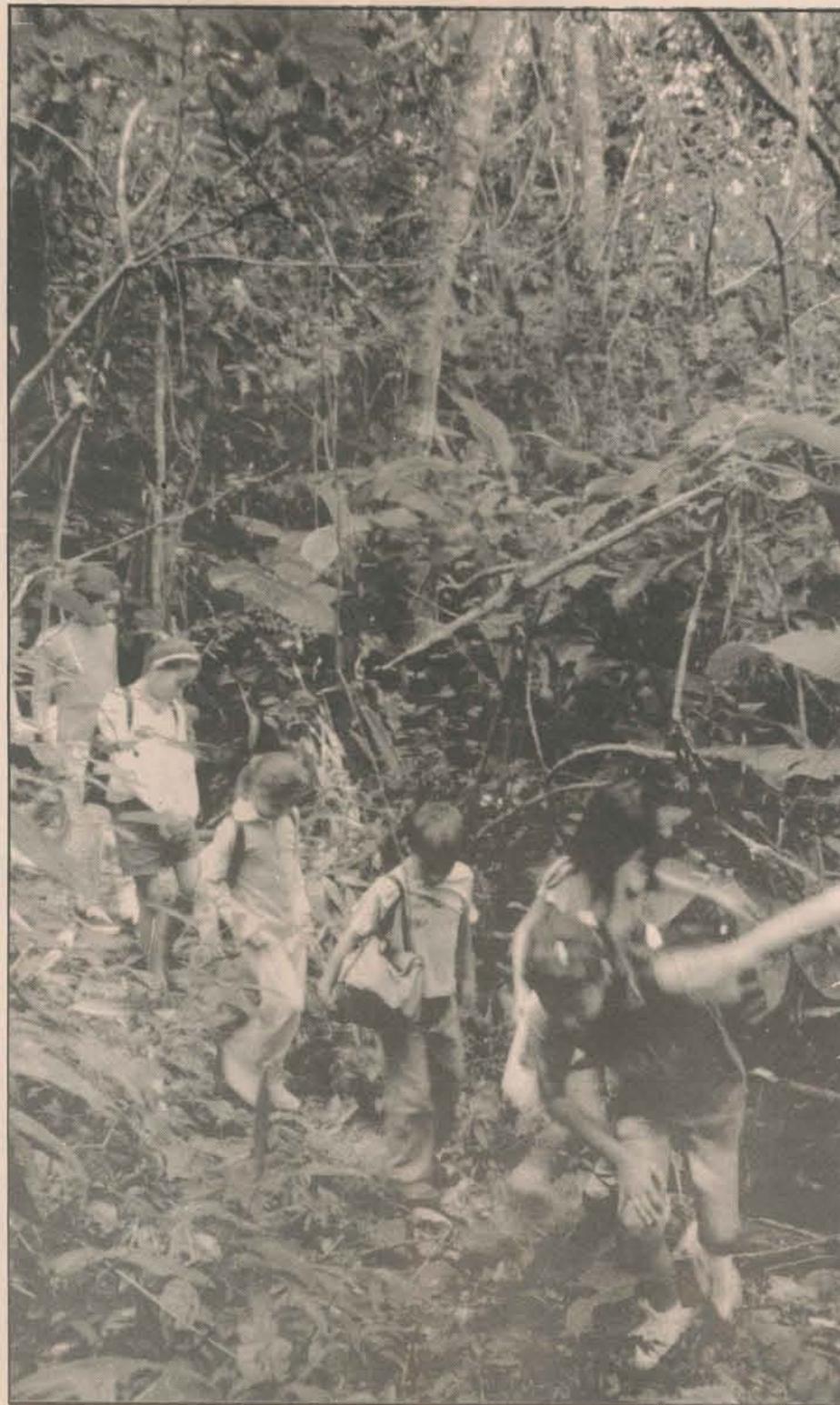
A mata é do período arqueano (diz da fase mais antiga do período pré-cambriano), tipo floresta atlântica, onde são constatados gêneros arbóreos como piptadênia, cedrela, cassia, tabebuia, aspidosperma, ingá, pasidium, ficus, enterolobium, nectandra, chorisia, tibouchina, cecropia, entre outras. São encontrados também representantes da família das bromeliáceas, orquídeas, musáceas, palmáceas, verbanáceas, polopodiáceas, gramíneas.

A riquíssima fauna de mamíferos e aves apresenta animais raros, muitos deles ameaçados de extinção, como sussuaruna ou onça parda, jaguatirica, gato-do-mato ou maracajá. Outros animais encontrados são porco-do-mato, cutia, paca, macaco-da-noite, irara, macaco-prego, micos, preguiça, tamanduá-colete, ouriço-cacheiro, lontra, raposa, jacu, araponga, cacucu, juriti, tucano, papagaio, maritaca, anu, tiziu e outros. Répteis como surucucu-pico-de-jaca (uma cobra venenosa, em extinção), preguiçosa-do-rabo-marelo, caninana, cobra-cipó e jibóia também são observados.

Um histórico da criação

A reserva de Duas Bocas foi criada pela Lei nº 2.905, de 12 de janeiro de 1965, e definida sua categoria de manejo de reserva florestal para reserva biológica através da Lei nº 4.503, de 2 de janeiro de 1991. A denominação de Duas Bocas é originária do encontro dos rios Panelas e Naia-Assu, que desaguam na represa encontrada na área.

Segundo historiadores da região, o imperador D. Pedro II, a partir de 1859, fez algumas doações de terra: a Sesmaria de Pau Amarelo, doada ao colonizador José Rodrigues Pai-



va, a Sesmaria de Samambaia, doada aos colonizadores Antero da Silva Coutinho e Maria de Mendonça, a Sesmaria de Taquara-Assu, doada aos colonizadores Camilo Pinto Rangel, José Francisco Monteiro e Juza Bermudes, e a Sesmaria de Naia-Assu, doada ao colonizador Inácio Pinto Rocha.

Em 1912, o Governo do Estado adquiriu algumas terras na Sesmaria de Pau Amarelo para construir uma represa que abasteceria a cidade de Vitória, sendo desativada após algum tempo. Em 1927, o Estado reiniciou as aquisições de terras nas regiões de Pau-Amarelo, Samambaia e Naia-Assu.

Posteriormente a Prefeitura Municipal de Vitória, entre 1949 e 1954, designou uma comissão que

avaliou e promoveu as desapropriações, principalmente na Sesmaria de Taquara-Assu, para a construção da barragem de Duas Bocas, inaugurada pelo então presidente Getúlio Vargas. Duas Bocas foi, durante muitos anos, a principal fonte de abastecimento de água região de Vitória.

Atualmente a reserva está funcionando praticamente só para Cariacica. Essas terras, adquiridas e demarcadas pelo Governo do Estado, passaram a constituir a Reserva Florestal de Duas Bocas, ficando sob a responsabilidade do Departamento de Água e Esgoto. Em 1970, o Estado executou um levantamento topográfico do qual resultou a área de 2.910 hectares.



Contemplação

O plano de manejo do ITCF visa dotar a reserva de melhor infraestrutura. O centro de vivência, por exemplo, já tem data para atender pesquisadores e interessados em setembro, contando ainda com alojamentos e, possivelmente, um restaurante para funcionários e toda a população que a reserva atende. Para outras iniciativas espera-se firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Cariacica, para que possa ser tratada uma gestão conjunta. Visa também à melhoria da eletrificação e da rede hidráulica para suportar a implantação da infraestrutura proposta.

Entre os materiais necessários, destacam-se a intenção de aquisição de veículos e de equipamentos e mobiliário para equipar um escritório (sede administrativa), o alojamento e centro de visitantes e residências. O número de funcionários ligados à vigilância da reserva também deve ser acrescido para cumprir um plano de fiscalização por terra (a pé ou motorizado) ou através de embarcações.

Segundo documento do ITCF, há de ser feita identificação da área de interesse para ampliação da reserva (solicitação de desapropriação), levantamento cartográfico, avaliação da área e transferência do domínio ou emissão de posse. O plano de manejo ainda prevê a implantação de um viveiro, com a contratação de viveirista, com treinamento dos guardas e auxiliares rurais, que venham a prestar serviços na região. Deseja-se ainda uma seleção e marcação de espécies portaseguras (matrizes), produção, venda e doação de mudas.

A gerência, um dos itens do programa, ainda não foi definida, mas está prevista na otimização da administração da reserva. Os passeios ao local são organizados pelo próprio ITCF. Mas um lembrete vai bem: se não tiver finalidade de pesquisa científica, nem adianta solicitar, pois a própria nomeação como reserva biológica já restringe o uso de Duas Bocas.

Entre as propostas de atender à população visitante estão as intenções de proporcionar maior segurança e prazer contemplativo. As experiências realizadas no local com as visitas, conforme Marco Berger, têm conseguido bons resultados e agradar aos visitantes, principalmente crianças que se deliciam com as paisagens e no final do percurso, em uma das trilhas, se divertem com um banho nas águas da reserva, depois de algumas horas de caminhada.



O índio, a água e a onça

Exibida na IV Feira do Verde, de setembro do ano passado, através de uma simulação, a Gruta da Onça recebeu muitos visitantes. O mesmo não ocorre com o local que deu origem à réplica. Uma fita de vídeo realizada pelos próprios funcionários da Semmam (Secretaria Municipal do Meio Ambiente) mostra os transeuntes passando pela rua Barão de Monjardim, no Centro da Cidade, sem se dar conta do que podem encontrar um pouco mais acima daquela pequena rua.

Os que utilizam o parque da Gruta da Onça são os moradores das redondezas, que têm de cruzá-lo para as atividades cotidianas, ou crianças em fase escolar em passeios esporadicamente organizados. O Parque Municipal da Gruta da Onça tem 6,89 hectares e está localizado no Maciço Central, no morro do Vigia. Foi criado em novembro de 1988.

Conta a lenda que um índio foi surpreendido por uma onça quando bebia água nas proximidades da gruta. Foi salvo por colonizadores. Lenda é lenda. A origem do nome também tem outra versão: em 1944, o então prefeito Solon Borges contratou o escultor Carlos Crepas para fazer esculturas de animais e da fauna típica da região. A partir daí surgiu a primeira escultura de uma onça.

O historiador Elmo Elton já escreveu que a água da Capixaba

"procedia do morro do Vigia, sendo apreciada por todos, tanto pela frescura quanto pela pureza, visto que nascida de fonte protegida por mata espessa, das mais primitivas da ilha". O historiador contava que quem bebesse daquelas águas virava capixaba de coração. O antigo chafariz, localizado na Barão de Monjardim, foi desativado, porém um mais moderno se encontra no interior do parque.

No local estão remanescentes da Mata Atlântica, e algumas espécies foram reintroduzidas após o abandono da cultura do café. A fauna ainda existente na região se constitui de coelhos, cuícas, gambá-de-orelha-preta, aves e répteis. O parque da Gruta da Onça, apesar de estar no Centro, fica bem escondido, pois se for feita uma enquete, rapidamente se observa que os habitantes de Vitória têm pouco conhecimento a respeito da unidade de conservação.

Mas a situação nem sempre foi esta. Segundo documentos históricos, na década de 50 a Gruta da Onça era um atrativo para a população. A área havia sido declarada de utilidade pública para a proteção dos mananciais, sendo desapropriada pelo governo municipal em 1944. Também foi firmado um convênio entre a Semmam e a Companhia Vale do Rio Doce objetivando o reflorestamento de áreas degradadas.

Quase abandonado

O Parque Municipal da Gruta da Onça conta com uma nascente, dois poços, praça, capela, chafariz, orquidário e trilhas (uma delas apresenta árvores identificadas com o nome vulgar e o científico). A praça apresenta espécies exóticas (não nativas), além de bancos e iluminação.

Para uma região que já abasteceu a Esplanada Capixaba, os recursos hídricos da Gruta da Onça estão bem escassos. A única nascente está poluída, segundo afirma o geólogo Elvis Martins de Oliveira. "Através de análise que fizemos chegamos à conclusão de que a água não tem boa qualidade, infectada por coliformes fecais. Em minha opinião, o trabalho que foi feito junto à nascente é paliativo. O reflorestamento da região seria mais produtivo".

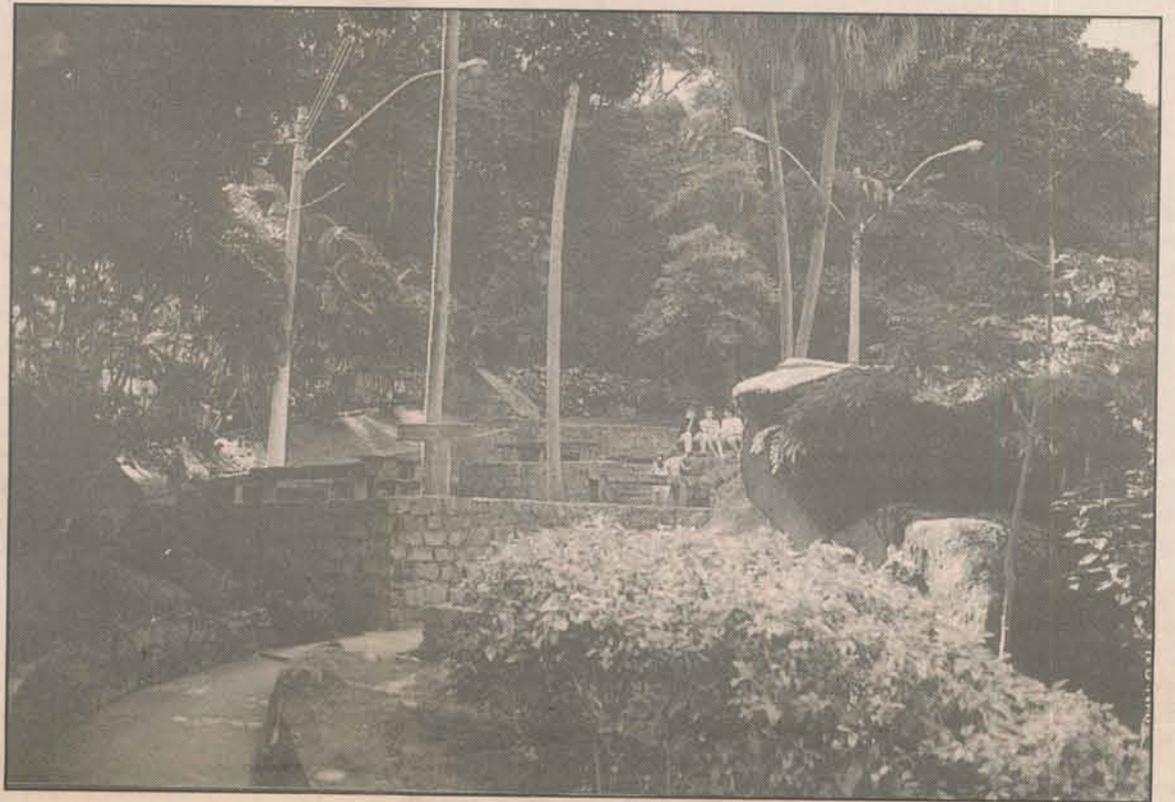
Elvis é de opinião que o parque deveria ser mais utilizado pela população por ser uma agradável

área de lazer. "Não sei porque uma área tão bonita, em que se gasta tanto dinheiro, quase ninguém frequenta". Outro problema visível está relacionado ao lixo depositado na região. A população localizada acima do mirante despeja detritos dentro da mata. Mas já a parte despovoada, a que dá para o lado da pedra do Vigia apresenta melhor estado de conservação.

O orquidário e a capela estão desativados, fechados à visitação. O orquidário já foi considerado um dos mais completos do Estado e hoje necessita de reparos. As estratégias de incentivo ao melhor aproveitamento do parque estão para ser definidas através de um plano de manejo que, segundo a bióloga da Semmam, Mirian Bragança Sardenberg, está em fase de diagnóstico. Entre os estudos destaca-se a necessidade de ampliação da segurança.



Com quase sete hectares, o parque, encravado no maciço central da cidade, compõe, junto com a Fonte Grande, cenário de tranquilidade pouco conhecido mesmo dos que costumam passar todos os dias por perto de suas matas



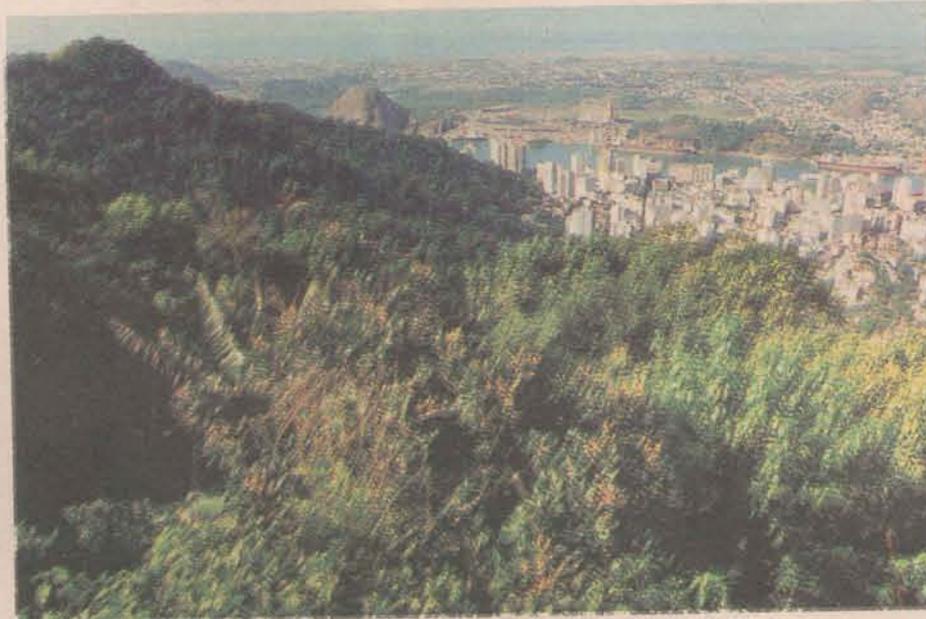
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA
DO COMÉRCIO E DO TURISMO
EMBRATUR
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO

PAUSA VERDE NA CIDADE

O crescimento urbano nunca foi muito chegado à natureza, porém muito longe de estabelecer romance com a urbanidade, o Parque Estadual da Fonte Grande sobrevive como a única área verde preservada em Vitória, funcionando como uma pausa verde para o crescimento industrial, em plena capital. A lista de dificuldades de preservar o que sobrou é imensa e superá-las, segundo ambientalistas, é tarefa que exige rigor e consciência.

A área situa-se no centro da Ilha de Vitória, abrangendo 340 hectares de terra. Está dividida ao norte com a região próxima ao bairro São Pedro, ao sul com o centro da cidade, à leste com propriedades vizinhas aos bairros de Fradinhos e à Oeste com as proximidades dos bairros de Santo Antônio, Caratoíra e Boa Vista. A quase totalidade de seus limites está acima do nível de 50 metros, e o ponto culminante do parque é de 308 metros. A distância de Vitória, levando em consideração o centro da Cidade, é de 8,5 km pelo bairro Santo Antônio ou 6,5 km pelo bairro de Fradinhos. A variação de temperatura fica entre 11,8°C e 34°C.

Por estar localizada no centro da Cidade não faltam comparações entusiasmadas. Alguns chegam a estabelecer paralelos entre o Parque Estadual da Fonte Grande e o Parque Nacional da Tijuca, no Rio. E independentemente de ter o status de região nobre, questões de ordem social e outras que dizem respeito à



organização da sociedade se colocam em primeiro plano, atenuando esforços para a preservação.

Segundo Álvaro Medina, Chefe de Recursos Humanos do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF), entidade que administra o parque, problemas sociais se agravam com os anos, tornando difícil o controle. "Há uma pressão da população dos morros e da população de baixa renda", afirma. Conta Álvaro que, por estar no perímetro urbano, a região so-

fre muitos impactos, sendo que boa parte da área não foi desapropriada e seus moradores fazem uso dela sem seguir à risca os critérios de preservação de um parque. Soma-se a isto o fato de a população vizinha ter baixos índices de consciência ambiental, que são perceptíveis pelo hábito da caça e da depredação de diversas formas. "O fogo ainda é uma grande ameaça", pontua.

Entre os problemas alinhavados, Álvaro comenta que alguns hábitos precisam

ser revertidos, mesmo que tenham sido cultivados ao longo dos anos. Um dos exemplos pode ser representado pelo costume de tirar lenha da mata, uma vez que parte da população vizinha necessita da madeira para cozinhar.

Atualmente, sete guardas florestais fazem o patrulhamento da região, com o auxílio de uma moto. "Se fosse em outra localização, como a unidade de conservação de Duas Bocas, este número até que seria significativo, porque está afastada do centro urbano, mas aqui a pressão é muito maior. Além do mais a população de baixa renda tem pouco conhecimento de questões ambientais. É difícil falar de ecologia se você não tem suas necessidades básicas atendidas", avalia Álvaro Medina. "Os guardas trabalham desarmados, porque se nós equiparmos os guardas com armas, os criminosos as tomam", explica a situação delicada de uma região cercada por altos índices de criminalidade.

Álvaro acrescenta que está faltando no Parque Estadual da Fonte Grande um local no qual seria criada uma sede administrativa. "Os lugares ideais para este trabalho ainda não foram desapropriados. E os que pertencem ao Estado não são de boa qualidade para a construção da sede. A desapropriação é o maior problema e gastou a maior parte dos recursos. É até difícil calcular, porque os gastos foram feitos em outra moeda. Enfim, é uma área muito cara devido à especulação imobiliária".

Marco da conscientização

A vegetação do parque, classificada como ombrófila densa sub-montana, pertence à Mata Atlântica e é classificada como floresta de encosta. Lá são encontrados jacarandá, angico, jequitibá, ipê, pau d'Alho. Os animais mais comuns são ouriço-cacheiro, preá, caticoco, tatu-galinha, sagui-da-cara-branca, coelho-do-mato, sabiá, juriti, pica-pau, gavião-cara-cara, pomba-do-mato, beija-flor, sanhaço, jararaca, cobra-cipó, largarto (Teiu) e camaleão. Álvaro aproveita para frisar que animais raros não são encontrados na região.

Segundo documento do ITCF, a história da formação do Parque Estadual da Fonte Grande se confunde com a própria história da cidade, que se desenvolveu tendo como fatores geográficos limitantes os canais que a circundavam e as encostas do maciço central da ilha. Devido à falta de espaço adequado e diante da expansão demográfica, acelerada nos últimos anos pela implantação do parque industrial e pela pressão do êxodo rural, foram ocupados paulatinamente os terrenos de Marinha (manguezais e alagados) bem como, em maior escala e sem planejamento, as encostas e morros da ilha de Vitória.

Diante desses problemas foi elaborado, em 1982, o primeiro parecer técnico, no processo SEAG nº 1.617/77, solicitando providências, visando à proteção do Morro do Cabral, Santa Clara e adjacências, através da criação de um parque estadual.

Em junho de 1983 o SESC, como apoio do ITCF, realizou a primeira Jornada Ecológica ao Morro da TV, passando a ser um marco do processo de conscientização da população em relação à importância da

preservação da área. Esta atividade desencadeou o envolvimento de entidades ambientalistas e outros órgãos governamentais que procuravam garantir a ocupação da área e a exploração do turismo.

No ano seguinte, por ocasião da Semana do Meio Ambiente, quando era realizada a II Jornada Ecológica, promovida pelo SES/ITCF, os participantes da caminhada assinaram e encaminharam via AESB - Associação Espírito-Santense de Biólogos, um abaixo-assinado ao governador solicitando a criação do Parque Estadual da Fonte Grande.

Em setembro de 1985, o governador do Estado declarou a região de preservação permanente, para fins de criação do parque estadual, uma área de 257 hectares, no Morro da TV, Mulundu e adjacências. Porém, a criação da unidade só foi consolidada pela publicação da Lei nº 3.875 de 31 de julho de 1986.

De 1985 até hoje, vários fatos ocorreram, destacando a ação civil, encabeçada por Deni Marques, moradora do bairro Fradinhos, que pediu a paralisação imediata das obras de abertura de uma estrada, iniciada pela prefeitura de Vitória. O êxito popular da iniciativa de preservação garantiu a obrigatoriedade de recuperação de grande parte da vegetação destruída pela estrada.

Hoje o parque já possui, aproximadamente, 70% de sua área desapropriada com imissão de posse provisória ou definitiva, estando em julgamento vários outros processos para desapropriação - iniciativa para que Álvaro Medina comenta não haver recursos suficientes no Estado.

Projeto para atender à população

A consolidação do Parque Estadual da Fonte Grande, se forem cumpridos seus objetivos em termos de estrutura e desapropriação, visa a potencializar o atendimento da população, principalmente a parte em fase escolar, no sentido de incentivar a educação ambiental. Mesmo sem ter organização adequada, o trabalho é realizado de acordo com as possibilidades de atendimento. Este é feito com profissionais do ITCF que, através de conhecimentos específicos da região, tentam criar uma consciência ecológica.

Os passeios são realizados em turma, geralmente de escolas, seguindo em fila indiana, com instrutores e técnicos o ITCF, que ministram, antes da visita, palestras em escolas. Os interessados em conhecer a região devem requerer autorização prévia junto ao órgão. "Os trabalhos com as crianças são realizados em trilhas dentro da mata para criar um contato maior com a natureza. Na visão da população aquilo ali é mata e não uma cobertura florestal de im-

portância para a existência humana. A nossa proposta é reverter esta visão", avalia.

A denominação de parque prevê utilização turística. Afé cabe sua utilização como área de lazer, de turismo e de educação ambiental. O valor da região é pouco conhecido, mas alguns dados ajudam a consolidar uma nova imagem. De início, vale conferir a posição da torre de TV, um dos pontos prediletos pelos visitantes, que oferece visão privilegiada, proporcionando um alcance que vai de Guarapari até parte de Aracruz.

Segundo documento do ITCF, a área desempenha também "função econômica de alta importância, pois protege, com suas florestas, os regimes hídricos e os afloramentos rochosos instáveis". De acordo com o mesmo documento, "a consolidação da unidade de conservação viabilizará o alcance dos principais objetivos para os quais ela foi criada, tornando-se no principal ponto de atração turística da cidade", por ser a maior área verde contínua da capital.

Expediente
Realização
Rede Gazeta de Comunicações
Editor: Sérgio Hora
Textos: João Barreto
Fotos: Valter Monteiro, Tadeu Bianconi, Arquivo A GAZETA.
Produzido pela Editoria de Cadernos. Especiais da Diretoria Comercial de A GAZETA